

**CONSUMO RESPONSÁVEL E SUSTENTÁVEL NO ENSINO FUNDAMENTAL:
UMA POSSIBILIDADE EDUCATIVA^I
RESPONSIBLE AND SUSTAINABLE CONSUMPTION IN ELEMENTARY
EDUCATION: AN EDUCATIONAL POSSIBILITY**

Ricardo Mendes Fausto^{II}

Resumo: As crianças são alvos fáceis da sociedade consumista atual, são bombardeadas pela desinformação e inversão de valores. O objetivo deste trabalho é analisar se aspectos atinentes ao consumo sustentável são trabalhados junto a estudantes do ensino fundamental, de forma crítica, ética, participativa, responsável, com vistas a contribuir com a sustentabilidade socioambiental e planetária. A pesquisa é de abordagem qualitativa e bibliográfica. Dentre os resultados, percebeu-se nos docentes certo despreparo/dificuldade e uma silenciação dos temas polêmicos voltados para a EA. Os artigos responderam mais indiretamente do que diretamente ao objetivo, porém, trouxeram ótimas reflexões e subsídios a minha pesquisa. Somente com muito trabalho e pesquisa podemos desencadear novas percepções e um maior equilíbrio entre ser humano e natureza.

Palavras-chave: Consumismo. Lixo. Educação crítica.

Abstract: Children are easy targets in today's consumer society; they are bombarded by misinformation and inversion of values. The objective of this work is to analyze if aspects related to sustainable consumption are worked with elementary school students, in a critical, ethical, participatory, responsible manner, in order to contributing to socio-environmental and planetary sustainability. The research has a qualitative and bibliographic approach. Among the results, it has been noticed in the teachers a certain unpreparedness/difficulty and a silencing of the controversial themes focused on the EE. The articles have responded more indirectly than directly to the objective, however, they have brought great reflections and subsidies to my research. Only with a lot of work and research can we trigger off new perceptions and a greater balance between human beings and nature.

Keywords: Consumerism. Trash. Critical environmental education.

^I Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Inovação na Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. 2020. Orientadora: Fátima Elizabeti Marcomin, Dra.

^{II} Acadêmico do curso de Pós-Graduação Inovação na Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: ricardomendesfausto@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se numa sociedade totalmente distorcida em relação a comportamentos pró-ambientais; que não consegue manter um equilíbrio entre consumo e o uso de matéria-prima.

É a forma que o ser humano tem de consumir que controla a forma de produzir e a forma de produzir, por sua vez, controla todo o meio ambiente.

Nesse sentido, cabe uma reflexão acerca dos padrões de consumo de todos os indivíduos, inclusive dos estudantes dentro e fora da escola. Nos dias atuais, há um descaso, por parte da maioria das pessoas, em saber que tipos de materiais utilizam, se a quantidade é adequada, se é fabricada com material reciclado, se possui selo verde ou outra certificação ambiental, se o produto é realmente necessário, se pode ser substituído por ~~outro~~ material menos impactante à natureza, assim como conhecer como se dá sua decomposição.

Outro aspecto que merece atenção é a questão do marketing digital infantil, que apresenta uma grande variedade de personagens que são renovados rapidamente para incentivar uma troca rápida e um consumo exagerado. Esse mecanismo de marketing estimula o acesso e o consumo desnecessário de produtos e serviços, conceituando a ideia de que criança feliz é aquela que mais consome e não aquela que sabe consumir.

Dentro dessa perspectiva, “o consumo infantil começa na verdade não com as crianças, mas sim antes do nascimento delas quando os pais prometem dar a seus filhos o que não tiveram” (GADE, 1980 *apud* SOUZA JUNIOR, 2009, p. 16).

No âmbito escolar inúmeros estudantes possuem material em excesso, consomem em demasia, empregam coisas desnecessárias que acabam trazendo mais distração do que utilidade. Tais aspectos podem ser amenizados com a informação e sensibilização na escola e para além dela. Os padrões de consumo dentro e fora da escola, na sociedade como um todo, são e estão insustentáveis.

As crianças são os principais agentes transformadores do futuro, são elas que apoiarão projetos inovadores, caso sejam estimuladas e preparadas desde já. Por isso, propostas que visem a sensibilizá-las e conscientizá-las para o consumo responsável e sustentável em prol do meio ambiente são de extrema relevância no tempo presente. Despertar em crianças um espírito crítico e criativo, no contexto socioambiental, tende a ser menos difícil do que em adultos, porque as crianças

ainda estão na fase de desenvolvimento intelectual e serão fortemente influenciadas por aquilo que elas veem e ouvem.

Desse modo, desenvolver processos formativos que visem à formação, nos estudantes, de sentimentos como amor e respeito pelo meio ambiente, desmitificando a ideia de que a natureza precisa dos humanos e que têm domínio sobre ela, deve constituir-se em prioridade nas instituições de ensino. A natureza vive sem os humanos, eles não vivem sem ela. Quanto mais se explora desordenadamente a natureza, mais rápido os bens naturais serão extintos e mais insustentável fica vida no planeta. Quando os humanos aceitarem e internalizarem o respeito pela natureza, compreenderão que são parte dela.

Nesse sentido, constitui-se em um grande desafio trabalhar a questão da sustentabilidade nas escolas. Percebe-se, por exemplo, que a falta de apoio das estruturas governamentais e a máxima do sistema capitalista, que estimula e motiva pessoas a consumirem sempre mais, dificulta processos formativos permanentes, na escola, para redução do volume de lixo produzido.

Os docentes encontram-se, inúmeras vezes, despreparados para trabalhar questões dessa ordem no âmbito da Educação Ambiental (EA). Isso representa alguns dos motivos pelos quais diversas escolas persistem no modelo tradicional e veem seus projetos “sustentáveis” ficarem pelo caminho. Claro que não se pode generalizar, certamente existem escolas que realmente realizam projetos ou programas consistentes na área socioambiental e pela educação, de forma crítica e ética, no que diz respeito ao consumo sustentável.

Nessa perspectiva, a EA constitui-se em uma importante ferramenta. No entanto, não pode ser apenas uma etapa, ou ser apenas uma justificativa para trabalhos extracurriculares; seu conceito e intenção vão além disso. De acordo com o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense:

[...] a Educação Ambiental (EA) se caracteriza como processo e não evento, considerando a educação dos sujeitos para o conhecimento socioambiental e suas conexões, sustentadas na informação, sensibilização e na mobilização individual e/ou coletiva para a construção de valores socioambientais, conhecimentos, habilidades, atitudes, tanto para a melhoria quanto para a sustentabilidade de todas as formas de vida; e que, no âmago do corpo - mente - espírito, possa promover a fé e a busca de esperança. (SANTA CATARINA, 2019, p. 24).

Nos espaços escolares é possível trabalhar questões a respeito do consumo consciente e sustentabilidade socioambiental junto aos estudantes, com o intuito de contribuir com uma formação crítica, participativa, ética, responsável e comprometida com a sustentabilidade socioambiental e planetária. Desse modo, apresenta-se como **questão problema** na presente pesquisa: **como são trabalhados, no ensino fundamental, aspectos referentes aos padrões de consumo e o consumo sustentável em atividades/projetos de EA, considerando os objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU) para a agenda 2030 e a necessidade de sustentabilidade socioambiental e planetária?** Tal questão tem o escopo de vislumbrar analisar se aspectos atinentes ao consumo sustentável são trabalhados junto a estudantes do ensino fundamental, de forma crítica, ética, participativa, responsável com vistas a contribuir com a sustentabilidade socioambiental e planetária, considerando os padrões de consumo que permeiam a vida dos estudantes.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E SUSTENTABILIDADE

A EA é um processo repleto de desafios quando se almeja a sustentabilidade socioambiental. Um deles é trabalhar de forma coletiva para facilitar a distribuição deliberada dos custos e benefícios de ajustes de uma maneira mais equitativa do que confiar exclusivamente nas ações individuais. Por sua vez, as ações coletivas seriam uma estratégia potencialmente mais desejável e eficaz para modificar os atuais padrões de consumo e torná-los mais sustentáveis (PORTILHO, 2005).

Camargo e Velho (2012, p. 16) pontuam outros desafios a serem enfrentados pela EA em relação à temática do consumo:

i) promover a reflexão crítica sobre o equilíbrio entre a satisfação pessoal e a sustentabilidade planetária; ii) atuar como espaço de discussão para a construção de padrões de produção e consumo mais sustentável em níveis globais; iii) contribuir para eliminação das desigualdades no acesso aos recursos naturais, pois tanto o superconsumo quanto o subconsumo causam degradação social e ambiental (IDEC 2005); iv) auxiliar na construção de relações mais solidárias e harmônicas entre os diversos setores sociais; sensibilizar os gestores sobre a necessidade da pesquisa científica para o embasamento da gestão pública; v) despertar na sociedade a consciência crítica e reflexiva de que o manufaturamento e o consumo dos 'recursos naturais' geram impactos por si só e que o consumo sustentável não é um novo nicho de mercado, mas uma possibilidade de transformação social (CAMARGO e VELHO, 2012, p. 16). (Grifo nosso, pois a preferência do presente pesquisador é pela a expressão 'bens naturais').

Atualmente, as pessoas parecem relacionar seu status social com o consumo que praticam, internalizando a ideia de que quanto mais consomem, melhor é seu padrão social. Além disso, há a concepção de que a cadeia produtiva, que não pode parar, põe nas costas das pessoas todo o peso da sua funcionalidade. É como se dissessem: “consoma mais, cada vez mais, ou haverá desemprego, uma crise e outros problemas piores.”

O modelo atual de sociedade consumidora não visa mais a atender às necessidades e sim vender soluções que dizem preencher as lacunas individuais na vida das pessoas. Aquilo que é prometido gerar felicidade e satisfação, logo após a compra, inverte essa função. Nas palavras de Bauman (2008, p. 64), “a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar perpétua a não-satisfação de seus membros (e sim, em seus próprios termos, a infelicidade deles)”.

Ainda, ~~temos~~ há que se falar na cultura da “obsolescência programada”, que, de acordo com Pena (2020), necessita ser revista. Para o autor, **Obsolescência Programada**, ou planejada “é quando um produto lançado no mercado se torna inutilizável ou obsoleto em um período de tempo relativamente curto de forma proposital” (PENA, [20?], s.p.) Isso leva o consumidor a comprar um modelo ou versão mais moderna/recente, o que agrava a geração de materiais descartados.

Como quase tudo fica rapidamente obsoleto, o acúmulo de lixo fica cada vez maior, principalmente o plástico, que precisa de uma atenção especial. Na concepção de Coelho (2019, s.p.), “o Brasil é o 4º maior produtor de lixo plástico do mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Índia. O país é um dos que menos recicla este tipo de lixo: apenas 1,2% é reciclado, ou seja, 145.043 toneladas”.

O contexto apresentado Cavalcanti (2014, s.p.) reitera a necessidade de mudança nos padrões de consumo da sociedade: “[...] embora tenha havido um aumento na consciência ambiental das pessoas, ainda não se verificou uma mudança efetiva nos padrões de consumo dos cidadãos, na medida em que a informação, por si só, não é o suficiente para mudar hábitos”.

Não se pode negar que existem ações sendo feitas na tentativa de mudar a postura dos consumidores em relação ao consumo. A veiculação de informações, em vários meios de comunicação, tem acontecido com mais frequência. Tais ações ainda surtem poucos efeitos, mas sem elas, tudo poderia ser pior. Embora alguns processos venham sendo desencadeados, ainda se tem muito a trilhar.

Nesse sentido, a inserção de processos formativos que visem à sensibilização socioambiental com vistas a mudanças nos padrões de consumo deve ser promovida no âmbito formal, não formal e informal. No contexto do âmbito formal, a EA precisa ser inserida definitivamente como princípio formativo, participando de todas as etapas do ensino. A sustentabilidade não pode ser uma opção, e sim uma necessidade e decisão consciente. De acordo com o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense:

A justificativa de uma educação para o ambiente foi devido a uma crescente perda da qualidade e da degradação ambiental, além do comprometimento da preservação da vida. Esse alerta serviu para o reconhecimento do papel da educação ambiental na formação e na mobilização dos sujeitos, no resgate de valores e na ação social comprometidos com toda a forma de vida; é, por conseguinte, uma educação para a sustentabilidade socioambiental (SANTA CATARINA, 2019, p. 24).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mesmo que timidamente, em sua sétima Competência Geral da Educação Básica estabelece que se faz necessário “[...] defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável [...] com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta” (BRASIL, 2017, p. 9).

Outro aspecto de relevância, à presente pesquisa, é o possível diálogo com alguns dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015). No presente caso, prevê-se o diálogo com três dos 17 (dezessete) ODS: 1 - Educação de Qualidade (4ª ODS); 2 - Consumo e Produção Responsáveis (12ª ODS); 3 - Ação Contra a Mudança Global do Clima (13ª ODS).

Estimular a criatividade dos alunos e o cuidado com o material também pode contribuir com uma educação de qualidade. Despertar um olhar mais crítico em relação ao consumo de materiais/produtos, assim como dos materiais escolares e de tudo que permeia a vida dos estudantes, poderá favorecer um consumo responsável além de contribuir para a redução do agravamento da mudança climática. Cabe ressaltar que, considerando os aportes atuais de Sato (2020), passa-se a empregar o termo “colapso climático” no lugar de mudança climática.

No mercado brasileiro, tratando-se especificamente de material escolar, têm-se algumas certificações ambientais que indicam quais empresas demonstram uma preocupação com a natureza e desenvolvem um processo uma produção mais

responsável. Tais certificações especificam os critérios necessários e indispensáveis para que as empresas e os produtos tenham direito a elas.

De acordo com o *site* RamaGlobal (2011), o selo verde FSC, sigla do termo em inglês *Forest Stewardship Council*, que em português significa Conselho de Manejo Florestal, é uma certificação concedida às empresas que utilizam padrões de certificação mundial fundamentados em princípios e se submetem a uma série de exigências que fortalecem os cuidados com as florestas.

É importante averiguar as certificações que a empresa e os produtos possuem, por exemplo, o FSC, ou a ISO 14001. A ISO é um programa de gestão ambiental que faz com que a empresa vá além de ser só ecologicamente correta, mas que atue de forma estratégica pensando no “desenvolvimento sustentável”. Para averiguar se uma empresa possui ISO 14001, basta visitar o site do INMETRO. No caso do selo FSC, visitando o site RamaGlobal é possível identificar algumas empresas que adotam o selo. No caso de produtos que possuem o selo, a informação consta no verso do produto.

Pode-se encontrar o FSC em cadernos, agendas, folhas sulfite, etc. (Fig. 1).

Figura 1 – Imagens de materiais escolares onde se encontram as informações atinentes ao selo FSC



Fonte: FNDE, 2018.

Outro aspecto importante, no âmbito escolar ou à sociedade como um todo, é conhecer os símbolos da reciclagem e as cores da coleta seletiva. É fundamental que as crianças, na escola, conheçam e compreendam seu significado, evitando misturar os tipos de resíduos. Contudo, tal conhecimento deve ser precedido de reflexões acerca dos padrões de consumo e essa situação no contexto da sociedade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa enquadra-se como qualitativa e, na concepção de Flick (2009), pode ter vários pontos de vista, pois não tem um conceito único, ela se constrói com vários métodos de diferentes pesquisadores. Sua abordagem investiga fenômenos, observa, ouve e contribui no desenvolvimento de cada necessidade.

A pesquisa qualitativa não privilegia números, mas sim os fenômenos. Nesse sentido, “essas abordagens têm em comum o fato de buscarem esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica”. (FLICK, 2009, p. 8).

Trata-se de pesquisa bibliográfica e, de acordo com Amaral (2007, p. 1), esse tipo de pesquisa “influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consiste em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa”.

Definiu-se a Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) como base de dados. A coleta foi efetuada a partir do uso de palavras-chave, quais sejam: metodologias, consumo sustentável, educação ambiental, padrões de consumo, atividades práticas, sustentabilidade, intervenções educativas, atitudes sustentáveis, empregadas por meio de pesquisa booleana com o uso dos descritores *and*, *or* e *not*. A escala temporal de busca de dados compreendeu todos os anos de publicação da revista.

Nesse tipo de pesquisa é possível visualizar só o título da obra, só o resumo, ou o *pdf* completo do trabalho com a opção de “baixá-lo”, e também traz a referência para o caso de citar o artigo. Os artigos contemplados constituíram o corpus da pesquisa.

Todos os artigos contemplados foram organizados a partir de uma ficha bibliográfica (Quadro 1), elaborada a partir das informações adaptadas, para este estudo, das obras de Esteban (2010), Amaral (2007) e Gil (1999). Os dados foram interpretados a partir da análise das fichas bibliográficas confeccionadas.

Quadro 1 – Aspectos observados em cada artigo analisado

RELAÇÃO DIRETA OU INDIRETA COM A SUA PESQUISA?
REFERÊNCIA:
TÍTULO:
AUTORES/AS:
RESUMO:
PALAVRAS-CHAVE:
QUESTÃO DE PESQUISA:
OBJETIVO GERAL:
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
DELINEAMENTO DA PESQUISA (METODOLOGIA):
LOCAL:
PARTICIPANTES:
PRINCIPAIS AUTORES QUE SUSTENTAM A PESQUISA:
PRINCIPAIS RESULTADOS E APONTAMENTOS:
ANÁLISE CRÍTICA E COMENTÁRIOS:
RESPONDE À QUESTÃO-PROBLEMA E OBJETIVOS DE SEU TRABALHO? COMO?
CONTRIBUIÇÕES PARA O SEU TRABALHO:
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES (incluir também o tema):

Fonte: Adaptado de Amaral (2007) e Gil (1999).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: O EVIDENCIADO E POSSÍVEIS PROPOSIÇÕES

No contexto dos artigos analisados foram encontrados cinco artigos, sendo que um deles tem relação direta e quatro possuem relação indireta com o estudo em questão. Nesse sentido, não seria conveniente limitar-se a obras que trouxessem apenas uma relação direta com a temática, mas também outras que, de algum

modo, promoveram reflexões e questionamentos ao longo do percurso. Por isso, organizou-se o texto dos resultados em dois blocos principais: os artigos com relação direta e o outro grupo de relações indiretas.

No quadro 2, abaixo, encontram-se listados os artigos avaliados.

Quadro 2 – Artigos selecionados e que compuseram o corpus de análise da pesquisa

AUTOR (ES)	TÍTULO	REVISTA/ NÚMERO/VOLUME	ANO
. Tania Maria Cerati . Carolina Kors Tiberio	Brinquedo sucata: uma estratégia para repensar o consumo	REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/Edição especial, p. 85-111	2017
. Alessandra Batista de Godoi Branco . Marcia Regina Royer . Lucila Akiko Nagashima	A formação docente para a educação ambiental: investigando conhecimentos e práticas	REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/ v. 35, n. 1, p. 112-131	2018
. Priscila Gonçalves de Souza Salvati . Flávia Giovannini Carvalho . Luciane Monteiro de Oliveira	Diagnóstico do uso dos recursos naturais e consumo sustentável na Embrapa gado de leite	REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/ v. 31, n. 2, p. 161-176	2014
. Solange Reiguel Vieira . Marília Andrade Torales Campos . Josmaria Lopes de Moraes	Proposta de matriz de indicadores de educação ambiental para avaliação da sustentabilidade socioambiental na escola	REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/ v. 33, n. 2, p. 106-123	2016
. Dalésio Ostrovski . Crizieli Silveira Ostrovski . Amanda Gasparin	O padrão de consumo na esfera universitária: paradigma para a educação ambiental	REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental/ Edição Especial EDEA, n. 2, p. 87-102	2019

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Para efeitos deste estudo, foram considerados artigos de relação direta aqueles que atendem, de forma mais objetiva, à questão-problema e aos objetivos;

já os de relação indireta, são aqueles que contribuem de alguma forma com informações e reflexões acerca do tema. Esses últimos, ao sofrerem uma leitura mais aprofundada, ressaltam algumas particularidades e similaridades com a pesquisa em questão.

5.1 ARTIGO COM RELAÇÃO DIRETA

Nesse grupo enquadra-se somente o artigo “Brinquedo sucata: uma estratégia para repensar o consumo” (Quadro 2.) O artigo traz a sugestão de uma ecobrinquedoteca (CERATI; TIBERIO, 2016). Os autores executaram o trabalho no Jardim Botânico de São Paulo, um lugar frequentado por pessoas para realizar diversas atividades de lazer e também para sentir a natureza.

Cerati e Tiberio (2016, p. 88), autores do referido artigo, consideram que “uma ecobrinquedoteca pode ser um instrumento de inclusão social das camadas menos favorecidas que habitam em regiões peri-urbanas e carentes de investimentos públicos, especialmente relacionados ao lazer”. Os autores destacam, ainda, que por serem materiais variados, “[...] favorecem a estimulação sensorial e a relação interpessoal” (2016, p. 88).

Acredita-se que, além de promover a inclusão social, reduzir as desigualdades e produzir contribuições às crianças, a ecobrinquedoteca é uma forma de cuidar do lixo reciclável; de sensibilizar as pessoas quanto às questões socioambientais ligadas aos resíduos sólidos, ajudando a repensar o consumismo praticado atualmente. Percebe-se, pois, a ideia da brinquedoteca como uma possibilidade de potencializar a educação, gerar economia e agregar valores socioambientais.

De acordo com Cerati e Tiberio (2016), a Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA) da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo reconheceu o projeto e, juntamente com toda a equipe integrante do processo de construção da ecobrinquedoteca, tomou algumas medidas como:

Realização de um curso de capacitação de 80 horas/aula para os Especialistas Ambientais da CEA, que seriam os agentes multiplicadores do conhecimento e das técnicas de trabalho para os futuros monitores que atuariam no projeto. O curso abordou uma série de elementos formativos, são eles: conhecimento sobre as especificidades de montagem de uma ecobrinquedoteca; cuidado a ser despendido com sucatas quanto à limpeza

e armazenamento; materiais necessários para criação de brinquedos; elaboração de jogos e brinquedos; condução do público no uso de brinquedos e jogos; sensibilização sobre a importância do brincar; condução do diálogo de acordo com a faixa etária. Também se apropriaram de técnicas de desenho, pintura, brincadeiras e jogos tradicionais, além de habilidades para liderar, animar, acolher, mediar diálogos sobre a questão do consumo e resolver conflitos (CERATI; TIBERIO, 2016, p. 90).

É possível que se enfrentem algumas resistências ao falar em brinquedos feitos de materiais oriundos da lixeira e considerados, via senso comum, como lixo. Porém, é necessária a maturidade para reconhecer as limitações de cada região e adquirir o conhecimento necessário ao pleno desenvolvimento de um projeto.

Nessa direção,

[...] o fato de nossa sociedade estar organizada para a produção e consumo de mercadorias faz com que brinquedos artesanais muitas vezes sofram discriminação. Tal problema não se concentra na esfera socioeconômica, mas segue repercutindo também na escola e família. É importante incentivar a criação do brinquedo artesanal, pois, além de seu valor intrínseco, é mais acessível às classes menos favorecidas (ISSA; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Outro argumento, que se considera apropriado trazer, é que a criança não necessita, para seu desenvolvimento, de brinquedos caros e novos, mas sim de materiais diferentes, acessíveis, que possibilitem sua criatividade, interatividade e sejam produzidos a partir da imaginação da criança. E que possam ser reinventados e explorados de diferentes formas por outras crianças, garantindo a integridade e segurança de todos.

Percebe-se uma grande possibilidade de construção de uma ecobrinquedoteca por alunos, por exemplo, do 5º ano do Ensino Fundamental (faixa etária de 10 anos). Além de possível, esse tipo de atividade atrairá a atenção dos envolvidos, levando-os a motivarem-se para a prática do “faça você mesmo” - *Maker*.

Considera-se a ecobrinquedoteca uma oportunidade possível de contribuir com a promoção da EA dentro e fora da escola na forma de projetos. Em momentos pandêmicos, pode ser estimulada a ser efetuada em casa, no pós-pandemia poderá ser realizada no ambiente escolar. Contudo, ressalta-se que tal prática deve vir acompanhada de um processo reflexivo, crítico, criativo, ético, participativo e capaz de intensificar as relações solidárias e o respeito entre as pessoas, comprometida com a questão da sustentabilidade socioambiental.

Trajber e Sato (2010) salientam a importância de trabalhar o autoconhecimento e resgatar valores ambientais possivelmente perdidos, identificando quem pode contribuir com o processo e quem pode pôr barreiras. Isso pode fazer toda a diferença para a construção de uma escola sustentável.

Trabalhar de forma interativa com os estudantes, explorar a participação, a criatividade e a argumentação crítica de todos envolvidos gera processos formativos emancipadores se for estimulada a capacidade de atuação de cada participante.

Despertar em crianças e adolescentes um espírito crítico e criativo, no contexto socioambiental, tende a ser menos difícil do que em adultos, porque os jovens ainda estão na fase de desenvolvimento intelectual e poderão ser influenciadas por quase tudo que eles veem e ouvem.

5.2 ARTIGOS COM RELAÇÃO INDIRETA

Nesse grupo enquadram-se quatro artigos (Quadro 2) são eles: “A formação docente para a educação ambiental: investigando conhecimentos e práticas”, “Diagnóstico do uso dos recursos naturais e consumo sustentável na Embrapa gado de leite”, “Proposta de matriz de indicadores de educação ambiental para avaliação da sustentabilidade socioambiental na escola” e “O padrão de consumo na esfera universitária: paradigma para a educação ambiental”.

O artigo “A formação docente para a educação ambiental: investigando conhecimentos e práticas” (BRANCO; ROYER; NAGASHIMA, 2018) aborda uma pesquisa acadêmica com base em um questionário junto aos professores, de diferentes níveis de ensino, para identificar se a EA havia sido contemplada em seus processos formativos. Dentre as seções do questionário, a primeira foi composta por perguntas acerca do município e estado de residência, curso de graduação, ano de conclusão da graduação, tipo de curso e titulação, a segunda tratou da formação em EA, na formação básica e continuada; a terceira, além de outros aspectos, balizou se os professores inseriam ou desenvolviam práticas sobre o tema; a quarta buscou a concepção de EA e sugestões de práticas no ensino.

Considera-se o artigo de Branco, Royer e Nagashima (2018) como de relação indireta com o presente estudo, pois, embora o consumo não seja o objeto de seus estudos, as manifestações dos professores possibilitam reflexões em torno da temática. Nessa direção, Branco, Royer e Nagashima (2018, p. 129) destacaram

que “Jean-Jacques Rousseau que em 1750, em seu discurso sobre as ciências e as artes, alertava sobre o uso irracional da ciência, com exemplos da exploração da natureza e dos homens”. Tal exploração pode ser discutida à luz do contexto atual de relação dos estudantes com o seu entorno por exemplo.

Os autores enfatizaram que, em relação à atuação na EA, há “grande defasagem nesta formação, que não condiz ao que se regulamenta para conceber docentes aptos para atuar neste ensino” (BRANCO; ROYER; NAGASHIMA, 2018, p. 123). Os autores supracitados evidenciaram que poderia haver uma lacuna na formação dos professores e identificaram isso quando fizeram perguntas abertas questionando o que é EA. Eles obtiveram respostas variadas mais focadas no meio ambiente, seus problemas e a emergencial necessidade de preservação. Mas o que mais preocupou foi a falta de respostas de assuntos de grande impacto e influência na vida e na participação de decisões, tais como: a política, a economia, o consumismo exacerbado, a cultura, a ética, a exploração humana, a fome, a miséria, o desemprego, doenças e injustiças sociais. Dessa forma, perceberam que tais questões poderiam estar silenciadas tanto na formação como no ensino (BRANCO; ROYER; NAGASHIMA, 2018, p. 125).

No que tange às contribuições do artigo ao presente trabalho, destacam-se as estratégias de ensino para a EA, mencionadas pelos professores entrevistados. Essas podem constituir-se em uma possibilidade de inserção em atividades interventivas junto a estudantes, como, por exemplo, “[...] manter a sala limpa; preservar os materiais, jogar o lixo na lixeira – preferencialmente separados; observar o entorno escolar investigando possíveis problemas e soluções; cuidar do material; campanhas de prevenção de danos ao patrimônio” (BRANCO; ROYER; NAGASHIMA, 2018, p. 127), atividades essas que os autores consideram como cotidianas.

No contexto do artigo citado acima, ao trazerem a questão de preservar e cuidar dos materiais, acredita-se que se abre um leque de oportunidades de reflexão e discussão, pois, ao preservar e cuidar de materiais, pode-se aumentar a sua vida útil, logo, obter uma redução de consumo. Nesse caso, a temática do consumo e do consumismo poderia ser trazida à discussão e como atividade de EA.

O artigo “Diagnóstico do uso dos recursos naturais e consumo sustentável na Embrapa gado de leite” constitui-se em uma oportunidade de reflexão e criticidade sobre o processo e o resultado de um trabalho desenvolvido na Empresa Brasileira

de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Os autores (SALVATI; CARVALHO; OLIVEIRA, 2014) escolheram a EMBRAPA pelo motivo de ser uma empresa que investe em campanhas e projetos que estimulam hábitos e soluções sustentáveis. Ressalta-se que não foi especificado pelos referidos autores como funcionavam essas campanhas e projetos já existentes na empresa, certamente por não ser o foco da pesquisa.

Embora o projeto não tenha sido executado em uma escola, traz algumas contribuições pertinentes passíveis de serem expandidas, no presente estudo, para o âmbito escolar. Os pesquisadores perceberam que os funcionários não tinham se adaptado, totalmente, ao programa sustentável implantado pela empresa, já que manifestavam algumas práticas e atitudes que sinalizavam nessa direção, como, por exemplo, a utilização de copos descartáveis ao invés de canecas de louça fornecidas pela empresa.

Acredita-se que tais resultados permitem uma reflexão acerca das dificuldades que se vislumbram em diversos processos formativos na área da EA, já que não se terão todos os participantes respondendo igualmente a um projeto. E isso pode ocorrer inclusive em ambientes escolares, pois a percepção, na concepção de Merleau-Ponty (2006), apresenta-se distintamente para cada pessoa. Considera-se que tal fato denota a necessidade de se aprofundar os processos sensibilizadores em/para a EA, já que, inúmeras vezes, há um contraste entre o que as pessoas falam, pensam e fazem acerca das questões socioambientais.

Nessa direção, os autores da pesquisa supracitada enfatizam que:

[...] aspectos que relacionam a atividade produtiva ao meio ambiente como consumo de água, energia, matéria-prima, alocação eficiente de insumos, preferências por insumos renováveis e o compromisso socioambiental das empresas, ainda está distante das preocupações da sociedade, especialmente no que se refere aos fatores que interferem nas decisões de consumo (SALVATI; CARVALHO; OLIVEIRA, 2014, p. 173).

Nas escolas essa realidade nem sempre é diferente. Por isso que no contexto da educação básica a EA necessita ser incorporada de forma ampla e irrestrita.

Salvati, Carvalho e Oliveira (2014) acreditam que informações acerca do que está em jogo nas relações entre os processos produtivos e o meio ambiente devam ser explicitadas às pessoas. Dentre elas, podem-se citar: quanto mais consumimos, mais energia é utilizada e mais usinas hidroelétricas precisam ser construídas, o que

gera impacto sobre o meio ambiente, inundando áreas habitadas e devastando a fauna e a flora; o maior consumo de materiais descartáveis gera maior exploração da natureza; é preciso dar preferência a insumos renováveis provenientes do vento, do sol, das marés, da geotérmica (energia obtida através do calor da terra), utilizar sacolas retornáveis; dar preferência a produtos com selo verde, a produtos originados em empresas de reciclagem e a apoiar projetos socioambientais.

O artigo “Proposta de matriz de indicadores de educação ambiental para avaliação da sustentabilidade socioambiental na escola” (VIEIRA; CAMPOS; MORAIS, 2016) elenca, inicialmente, a gravidade da situação socioambiental principalmente por causa do capitalismo. Para Fernandes e Sampaio (2008, p. 89-90):

[...] A relação desequilibrada que se mantém com a natureza – na medida que se retira dela mais do que a sua capacidade de regeneração e se lança a ela mais do que a sua capacidade de absorção – nada mais é do que o resultado da relação desequilibrada que se estabeleceu entre os seres humanos.

Os autores do artigo (VIEIRA; CAMPOS; MORAIS, 2016) sugerem a construção de uma matriz de indicadores diagnóstica e reflexiva que possibilite uma participação ativa dos envolvidos. Os autores concluíram que a matriz foi uma ferramenta muito eficaz para trazer reflexões e entender os desafios que a sociedade atual tem em relação à EA.

Para que se possam desenvolver práticas educativas e transformadoras nos ambientes pedagógicos, é necessário identificar as fragilidades e explorar as capacidades, do processo e dos participantes, com base em uma eficaz organização do trabalho. As fragilidades e dificuldades de manutenção de um projeto de sustentabilidade socioambiental pode ocorrer também pela falta de planejamento estratégico. Trajber e Sato (2013), ao proporem a reflexão sobre os espaços educadores sustentáveis, consideram que para uma escola constituir-se em um espaço educador sustentável, as propostas educativas devem inserir, nas esferas da gestão, do currículo e do espaço físico, a temática da sustentabilidade socioambiental. Vieira, Campos e Morais também destacam os pensamentos das autoras supracitadas.

Trajber e Sato (2013, p. 71) consideram espaço educador sustentável:

[...] aqueles que têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de sustentabilidade socioambiental. Isto é, são espaços que mantêm uma relação equilibrada com o meio ambiente; compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, permitindo assim, qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Para que a escola seja um espaço educador sustentável, é importante fortalecer as políticas públicas (TRAJBER: SATO, 2013), assim desenvolver ferramentas e abordagens que possibilitem ir além do processo teórico-prático. Sato (2013) destaca que, além da episteme e da práxis, é fundamental o axioma.

Vislumbra-se a possibilidade de elaborar uma matriz de indicadores com os estudantes para levantar o nível de EA em que eles se encontram, seus padrões de consumo, como se relacionam com o consumo e com seus materiais escolares, de modo geral, além de pontuar críticas e soluções sobre a temática do lixo. Aspectos que regem e intensificam a reflexão acerca do consumismo devem ser discutidos, explorando a criatividade dos estudantes com a construção de brinquedos a partir de materiais recicláveis e que normalmente seriam destinados à lixeira. Como, por exemplo, é possível incentivar a construção de uma ecobrinquedoteca, como proposto por Cerati e Tiberio (2016), autores de uma das obras estudadas anteriormente.

É fundamental ressaltar que tais atividades não devem ser desenvolvidas como produtoras de materiais, isso deve ser uma consequência. A questão primordial deverá pautar-se em um processo reflexivo, crítico acerca dos fatores que geram o consumismo e as consequências socioambientais advindas do acesso desigual a bens e serviços, que agravam ainda mais as desigualdades, a injustiça e a vulnerabilidade socioambiental.

O artigo “O padrão de consumo na esfera universitária: paradigma para a educação ambiental” (OSTROVSKI; OSTROVSKI; GASPARIN, 2019) aponta o capitalismo como principal desencadeador dos problemas ambientais. A pesquisa dos autores não contempla somente os impactos que o padrão de consumo causa na natureza, mas também discute o endividamento e a importância da sensibilização acerca dos aspectos levantados pela temática.

O corpo discente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Campus Medianeira), abrangendo os nove cursos existentes, foram amostrados na referida pesquisa; sendo que destes, dois têm ligação mais direta com EA - Tecnologia em

Gestão Ambiental e Engenharia Ambiental - com aplicação de um questionário via *Google drive*, tendo como tema “Padrão de Consumo e Renda”. Em relação ao retorno do questionário, os autores (OSTROVSKI; OSTROVSKI; GASPARIN, 2019, p. 91) salientam que “com 28%, o curso de Tecnologia em Gestão Ambiental foi o que mais retornou com respostas os formulários eletrônicos, seguidos de engenharia elétrica com 18% e engenharia ambiental com 12%”. O que chama atenção são as baixas devolutivas dos acadêmicos e o fato dos alunos de Engenharia Ambiental darem menos retorno que os da Engenharia Elétrica.

Acredita-se, também, que poderia ser levado em consideração o período em que o curso se encontrava, isso porque, conforme o andamento do curso, existe a possibilidade de variar tanto a participação dos acadêmicos em pesquisas de EA como a sensibilização deles.

Foram tratadas, também, as questões de endividamento como outra consequência ruim do consumo. É importante ter um controle dos gastos com o objetivo de praticar um consumo consciente, bem como saber o momento certo e a necessidade de fazer novas compras.

Outro fator importante à EA é o envolvimento de pessoas que futuramente serão as maiores responsáveis por criar estratégias voltadas à preservação do meio ambiente. De alguma forma, deveria constar nos objetivos dos cursos de nível superior a seguinte frase: “você terá uma parcela de responsabilidade na sobrevivência do planeta e dos seres”, como um lembrete sobre a responsabilidade dos cursos, disciplinas, professores e estudantes. Nesse sentido, a ambientalização curricular em discussão em vários estudos, como, por exemplo, de Mota Junior, Kitzmann e Cartea (2019), dentre outros, pode contribuir com mudanças nos processos formativos de profissionais de diversas áreas de atuação e formação.

Atualmente as pessoas buscam em suas vidas um conforto que é altamente relacionado com o consumo. Fazer com que seja freado o consumismo e que se busquem outros prazeres é uma quebra de paradigma, desafiadora, que não se dá do dia para a noite. São necessários o resgate e a formação de valores, a mudança de conceitos e novas ações. De acordo com Trajber e Sato (2013, p. 71), a EA é “um convite à ressignificação de nossos modos de vida”.

As mudanças são possíveis com muito trabalho, pesquisa e projetos capazes de atuar de forma inter e transdisciplinar em todos os segmentos de uma sociedade. Por esse motivo, é necessário estimular que a mudança dos padrões de consumo

não fique restrita a algumas práticas isoladas ou mecanizadas por mera repetição. É preciso fazer provocações, estimular mudanças e incentivar a quebra de paradigma de que a felicidade está associada ao que se possui em detrimento do que se é, conforme destacam Ostrovski, Ostrovski e Gasparin (2019, p. 92):

Se constrói uma sociedade baseada em um consumo considerado moderno, cujo ato de consumir ultrapassa os limites objetivos da necessidade e da subsistência e passa a valorizar excessivamente os estados emocionais, psicológicos, sóciointerativos, ou seja, a subjetividade onde o ter está acima do ser.

Bauman (2008) discute consideravelmente essa ilusão de felicidade atribuída ao consumo imposto pelo capitalismo.

O processo reflexivo discutido, por várias vezes, ao longo deste artigo, perpassa pela formação dos docentes nas diversas modalidades de ensino. Seria apropriado que os docentes fossem bem instruídos, capacitados para levantar o tema com efetividade, criticidade e profundidade. Mas, nem todos os profissionais possuem a oportunidade de conhecer, aprender e vivenciar efetivamente processos formativos em/para a EA. A falta de conhecimento pode gerar, inclusive, certo desinteresse pela temática.

Embora a Política Nacional, com a Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999), que dispõe sobre a EA, e o Decreto nº 4.281/02, que a regulamenta (citada no artigo de BRANCO; ROYER; NAGASHIMA, 2018), estejam em pauta, o desmantelamento nacional de tais políticas geradas nos dois últimos anos compromete sua efetividade. Isso sem considerar a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que, em seu art. 225 e no § 1º, estabelece que todos têm direito ao meio ambiente saudável e que incumbe ao poder público promover o ensino de EA nas escolas. Logo, conhecer a legislação, além de um direito, é um dever, já que o conhecimento subsidia a compreensão e argumentação, o que possibilitam a transformação.

O processo educacional funciona como uma cadeia, composta pelo poder público, escola, professores, estudantes e comunidade. E quando alguma dessas partes não atua eficientemente, o processo educativo é comprometido. Quando há leis, significa que alguém já pensou na primeira etapa de todo o processo da cadeia, que é a importância de documentar a EA. Mesmo que essa formalização seja motivada por pressões de ambientalistas ou pressões externas, o fato é que se teria o amparo legal. Fazer com que a escola aja com os estudantes sem a estrutura que

ela precisa significa comprometer as etapas e tornar tudo mais difícil ainda. É necessário ter clareza de que se deve atuar de forma cidadã: fiscalizando, cobrando, participando das decisões políticas e públicas que considerem e favoreçam a inserção da EA dentro do processo de ensino e objetivando uma atuação crítica, participativa, transformadora e emancipatória.

Isso é possível se forem rompidos laços com a elite conservadora. Será difícil o enfraquecimento do conservadorismo sem um autêntico método que explore o processo dialógico. De acordo com Dickmann e Carneiro (2012), o método Paulo Freire foi a maior contribuição para a Educação contemporânea, por ser dialógica e partir da realidade espacial, social e histórica da vida dos educandos, desvelando essa realidade criticamente com o diálogo. Os autores ressaltam que isso viabiliza uma forma de a EA “[...] dialogar sobre as questões socioambientais, seus entraves e suas alternativas de superação dos problemas, maximizando seu potencial formativo na busca da conscientização cidadã em relação ao meio ambiente [...]” (2012, p. 97).

Quando a escola promove processos formativos comprometidos com uma educação crítica e cidadã, visando à formação integral, os estudantes aprendem e vivenciam seu aprendizado no cotidiano, dessa forma, o estudante e a escola podem tornar-se referência para suas comunidades. Sendo assim, devemos valorizar e dar ênfase todas as ações quem contribuem com a sustentabilidade socioambiental.

Na direção da sustentabilidade, Trajber e Sato (2013, p. 71) apontam para a efetivação de “espaços educadores sustentáveis”. Esses compreendem três princípios pedagógicos:

Cuidado – considera o sujeito historicamente situado, consciente de sua existência, seus sonhos, valores e sentimentos, porém entrelaçado no marco de um projeto coletivo da humanidade. [...]. **Integridade** – capacidade de exercitar a visão complexa e vivenciar o sistema educativo desenvolvendo uma práxis coerente, entre o que se diz e o que se faz. [...] **Diálogo** – exercício constante de respeitar as diversas referências, acadêmicas ou populares, os valores de cada biorregião, e a capacidade de transformar a escola como um espaço republicano [...] (TRAJBER; SATO 2013, p. 72-73).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reflexo que se causa – como docentes – junto aos estudantes não parte somente do que se fala ou se escreve, parte principalmente das ações. Acredita-se que o que se faz é um retrato de quem é.

Durante o levantamento das informações, foi possível observar que existem inúmeras possibilidades educativas em prol de um consumo responsável e sustentável. No entanto, a motivação não pode ser de fora para dentro, como acontece com a maioria das pessoas, e sim a partir de um processo natural e reflexivo iniciado de dentro do sujeito para fora.

A ideia da ecobrinquedoteca, se for adotada com entusiasmo e criticidade, poderá gerar resultados profícuos. A proposta deve ser encarada não como um evento com início e fim, mas sim como processo permanente. O mais importante é que não sejam corrompidos os bons sentimentos trazidos e construídos durante todo o trabalho, já que tais sentimentos reverberam em outras ações desencadeadoras de processos sensibilizadores para a EA.

As informações, reflexões e ressignificações suscitadas a partir dos artigos analisados permitiram uma necessidade maior de incorporação de processos formativos acerca das inúmeras questões ambientais, mas, primordialmente, da importância de desencadear tais processos no ambiente escolar.

É fundamental empreender todos os esforços para que, enquanto seres humanos, se possa resgatar a sensibilidade, não se perca a esperança, e se lute incansavelmente para salvar parte de cada ser – o planeta.

Faz-se necessário orientar os estudantes que o planeta corre sérios riscos, os bens naturais são limitados e que é possível cada pessoa fazer algo para um mundo melhor e atuar em prol da coletividade. Consumir somente o necessário, realizar o reaproveitamento máximo dos materiais e produtos, preferir materiais reciclados, com selo verde ou outra certificação ambiental, doar materiais em condições de uso e criar uma empatia maior com a natureza e com “o outro” são algumas formas de contribuir com a sustentabilidade socioambiental e planetária.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. 2007. Acesso em: 20 ago. 2020.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. RJ: Jorge Zahar, 2008.

BRANCO, A. B. de G.; ROYER, M. R.; NAGASHIMA, L. A. A formação docente para a educação ambiental: investigando conhecimentos e práticas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 35, n. 1, p. 112-131, maio 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7424/5186>. Acesso em: 14 set. 2020. doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v35i1.7424>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular Ensino Fundamental**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 07 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2020**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 07 dez. 2020.

CAMARGO, J. C.; VELHO, L. F. M. Reflexões sobre o consumo sustentável. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 29, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2868/1894>. Acesso em: 31 jul. 2020. doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v29i0.2868>.

CAVALCANTI, D. C. Padrões de consumo. **Portal Resíduos Sólidos**, set. 2014. Disponível em: <https://portalresiduossolidos.com/padroes-de-consumo/>. Acesso em: 02 ago. 2020.

CERATI, T. M.; TIBERIO, C. K. Brinquedo sucata: uma estratégia para repensar o consumo. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], p. 85-101, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5334/4348>. Acesso em: 15 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.5334>.

COELHO, T. Brasil é o 4º maior produtor de lixo plástico do mundo e recicla apenas 1%. **G1.Globo**, mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/03/04/brasil-e-o-4o-maior-produtor-de-lixo-plastico-do-mundo-e-recicla-apenas-1.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2020.

DICKMANN, I.; CARNEIRO, S. M. M. Paulo Freire e Educação Ambiental: contribuições a partir da obra *Pedagogia da Autonomia*. **Revista de Educação**

Pública, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 87-102, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/download/334/302>. Acesso em: 02 nov. 2020.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em Educação**: Fundamentos e tradições. Tradução de Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. Biblioteca Digital dos Periódicos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 87-94, jul./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13427/9051>. Acesso em: 10 nov. 2020.

FLICK, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. *In*: FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FNDE. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PE nº 02/2018** – Materiais Escolares. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/phocadownload/compras_governamentais/compras_nacionais/pregoes_eletronicos/2018/02-2018/descritivo3/Item-18-kit-ensino-fundamental-anos-iniciaisv3.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ISSA, D. C.; RODRIGUES, N. A. B.; OLIVEIRA, R. M. S. G. **O brincar**: a importância do brincar utilizando a sucata com crianças institucionalizadas de 0 a 6 anos. Lins, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO22791271805.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

MOTA JUNIOR, C.; KITZMANN, D. I. S.; CARTEA, P. A. M. Entrelaçamentos dos princípios da Ambientalização Curricular e da Pedagogia Social no processo formativo na Educação Superior. **Poiésis**. Unisul, Tubarão, v. 13, n. 23, p. 17-33, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>. Acesso em: 28 out. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Plataforma Agenda 2030**. (2015). Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 03 dez. 2020.

OSTROVSKI, D.; OSTROVSKI, C. S.; GASPARIN, A. O padrão de consumo na esfera universitária: paradigma para a educação ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], p. 87-102, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8881/5704>. Acesso em: 17 set. 2020. doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i2.8881>.

PENA, R. F. A. "Obsolescência Programada". **Brasil Escola**. [20?]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/obsolescencia-programada.htm>. Acesso em: 15 out. 2020.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cad. EBAPE.BR** [online], v. 3, n. 3, p. 01-12,

2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512005000300005&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 25 nov. 2020.

RAMAGLOBAL. **Selo FSC**. 2011. Disponível em: <http://www.ramaglobal.com.br/category/selo-fsc/page/2/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SALVATI, P. G. de S.; CARVALHO, F. G.; OLIVEIRA, L. M. de. Diagnóstico do uso dos recursos naturais e consumo sustentável na Embrapa gado de leite. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 31, n. 2, p. 161-176, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4658/3087>. Acesso em: 16 set. 2020. doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v31i2.4658>.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **BNCC e Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense** - Novo. 2019. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/30440-curriculo-base-da-educacao-infantil-e-do-ensino-fundamental-do-territorio-catarinense-3>. Acesso em: 15 set. 2020.

SATO, M. Ensino, saúde e ambiente. **Sistema de Eventos Acadêmicos da UFMT**, número especial, p. 163-179, jun. 2020. Disponível em: <https://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/semiedu/SemiEdu2020/paper/view/14265>. Acesso em: 03 dez. 2020.

SOUZA JUNIOR, W. R. *A criança e o consumo na escola*. 2009. (Dissertação Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2812/tese_2618_.pdf. Acesso em: 19 set. 2020.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396>. Acesso em: 06 out. 2020. doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v0i0.3396>.

VIEIRA, S. R.; CAMPOS, M. A. T.; MORAIS, J. L. de. Proposta de matriz de indicadores de educação ambiental para avaliação da sustentabilidade socioambiental na escola. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 106-123, out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5633/3889>. Acesso em: 17 set. 2020. doi: <https://doi.org/10.14295/remea.v33i2.5633>.